

-----ATA N.º 03-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28 DE ABRIL DE 2015-----

-----Aos vinte e oito dias do mês de Abril de 2015, pelas 21.00 horas reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos.-----

-----**1.º Ponto** - Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2014, do Município de Torres Vedras, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12.09;-----

-----**2.º Ponto** - Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Atividades, do ano de 2014, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei 75/13, de 12.09;-----

-----**3.º Ponto** - Discussão e votação da 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais para 2015 – Orçamento/Despesa e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei 75/13, de 12.09;-----

-----**4.º Ponto** – Discussão e votação da proposta da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em cumprimento da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12.09;-----

-----**5.º Ponto** - Conceder autorização prévia para repartição de encargos e assunção de compromisso plurianual – Programa de Apoio ao Arrendamento 2015, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21.02;-----

-----**6.º Ponto** - Parecer sobre Projeto de Lei nº 820/XII - alteração da denominação da “União das Freguesias de Torres Vedras (São Pedro e Santiago e Santa Maria do Castelo e São Miguel) e Matacães”, no município de Torres Vedras, para “Santa Maria, São Pedro e Matacães”, da iniciativa do PSD e CDS-PP:-----

-----**7.º Ponto** - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12.09.-----

-----Presidiu o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e Mara Isabel Batista Eleutério (Segundo Secretário).-----

-----Estiveram presentes os seguintes membros:-----

-----José Augusto Clemente de Carvalho, Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Susana Maria Ribeiro das Neves, Marco Henriques Claudino, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Cláudia Sofia Horta Ferreira, Rui José Prudêncio, António João Leal da Costa Bastos, Francisco João da Fonseca Inácio, Ana Isabel Marques Fiéis, José António do Vale Paulos, Joaquim Manuel Oliveira Gomes, António Martins Moreira, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Maria Leonor Marques Marinheiro,

Vítor José dos Santos Fernandes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Secundino Campos Oliveira, Renata Filipa Santos Nunes Simões, João Alexandre Pires Bernardes, Paulo Dinis Faustino Valentim, Marta Filipa Sousa Geraldês, Pedro Miguel Germano Bernardes, Hélio Batista Gomes, Carlos Manuel dos Santos Terêncio, Carlos Alberto Alves Gomes, Luis Pedro Duarte Silva, António Filipe Narciso dos Santos, Luis Miguel Antunes Batista, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luis, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins, Artur Alexandre Santos Narciso e Maria Manuel Hortas Silva Pacheco.-----

-----Faltou o membro José Manuel Cristóvão.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Carlos Manuel Antunes Bernardes, Hugo Miguel Fernandes Martins, Laura Maria Jesus Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira e Sérgio Rodrigo dos Santos Cipriano -----

-----Teve início o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

APRESENTAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

-----O Primeiro Secretário da Mesa informou que a ata n.º 1 de 26 de Fevereiro corrente ano que foi previamente distribuída por todos os membros, se encontrava na mesa, para eventuais correções.-----

-----Assembleia aprovou por unanimidade o texto definitivo da ata apresentada.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

-----O Primeiro Secretário Sr. António Fortunato leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

-----Anota-se que foram numerados sete documentos que a seguir se indicam: -----

DOCUMENTO 1:-----

-----Ofício número 156.15 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Torres Vedras, de 23 de março do corrente ano, a remeter o Relatório de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Torres Vedras de 2014.-----

DOCUMENTO 2:-----

-----Ofício da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, de 5 de março último, a remeter cópia de exposição enviada ao Sr. Ministro da Saúde nesta data, face à precária situação dos cuidados de saúde primários prestados à população desta União de Freguesias.-----

DOCUMENTO 3:-----

-----E-mail do Gabinete de Apoio à Presidência de 18 de março, a remeter cópia do ofício enviado pelo edil à ARS-LVT, relativo ao CENTRO 2020 onde solicita informações sobre os equipamentos “mapeados” na área geográfica de Torres Vedras e no Oeste, no que se refere aos centros de saúde.--

-----**DOCUMENTO 4:**-----

-----Ofício número 19/2015 da Junta de Freguesia da Ventosa, de 09.04.2015 a dar conhecimento do abaixo assinado remetido ao Sr. Diretor do Centro de Saúde de Torres Vedras por falta de médicos na extensão de saúde de S. Mamede da Ventosa.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 5:-----

-----E-mail de Nelson Laureano Oliveira Aniceto de 22 de abril a comunicar que estará ausente do território nacional no período compreendido entre 25 e 30 de abril, motivo pelo qual não poderá estar presente na sessão e solicita a sua substituição.-----

-----Foi convocado e encontrava-se presente Artur Alexandre Santos Narciso.-----

JUSTIFICAÇÕES DE FALTA:-----

DOCUMENTO 6:-----

-----E-mail da Junta da União de Freguesias da Carvoeira e Carmões, de 28 de abril a solicitar que lhe seja justificada a falta na sessão do seu presidente José Manuel Cristovão, por motivo de nesse mesmo dia se realizar a Assembleia de Freguesia.-----

DOCUMENTO 7:-----

-----Carta de Jacinto António Franco Leandro, de 3 de março a solicitar que lhe seja justificada a falta à sessão ordinária realizada em 26 de Fevereiro, por motivo de doença.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida e aceitou as justificações de falta apresentada.-----

-----De seguida informou que pediu substituição para a sessão o membro Jacinto Leandro tendo sido substituído por Maria Manuela Pacheco, que se encontrava presente.-----

-----Informou ainda que tinham sido entregues à mesa dois documentos para discussão, que passou a ler:-----

MOCÃO – ÁGUAS DO OESTE:-----

-----“A empresa Águas do Oeste deixou de faturar o saneamento de cada concelho por estimativa passando a utilizar, desde há cerca de três anos, caudalímetros para efetuar a leitura dos consumos. Esta mudança nos métodos provocou nos SMAS um aumento brutal de encargos e consequentes derrapagens nas contas dos mesmos.-----

-----Após análise do problema em várias sessões do Executivo Camarário os SMAS e as Águas do Oeste fizeram um estudo no sistema da ETAR do Turcifal, o qual serviria de padrão para o resto do sistema no concelho, através da colocação de caudalímetros à saída do sistema municipal, cujos valores se compararam com os valores medidos pelo sistema que as Águas do Oeste têm à entrada da ETAR.-----

-----Este estudo foi claro nas conclusões: demonstrava falhas no sistema, sobretudo por

responsabilidade das Águas do Oeste, e concluía que, à saída do sistema municipal, o caudal era aproximadamente metade do que chegava à ETAR. A título de exemplo, o valor médio à saída do sistema municipal foi de 774 m³/dia; porém, o valor cobrado pela Aguas do Oeste foi de 1569 m³/dia.-----

----Com base neste estudo os SMAS e as Águas do Oeste chegaram a um entendimento. Porém, em vez de corrigir os problemas, estabeleceu-se um teto de faturação para os meses mais chuvosos. É claro que o valor médio das despesas se mantém injustamente elevada.-----

----Em consequência, os SMAS notificaram as Águas do Oeste para resolverem de vez a situação; em caso contrário recorreriam à via judicial.-----

----Perante estes factos indesmentíveis, perante a atitude alegadamente intransigente da empresa Águas do Oeste, não podemos permitir que esta situação continue. Devemos dizê-lo com todas as letras: é um escândalo, um abuso de poder, um grave prejuízo para a Câmara, SMAS e munícipes.

A Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária, no pleno exercício das suas competências legais exige:-----

----Que sejam colocados caudalímetros à saída do sistema municipal, como, de resto, está a empresa Águas do Oeste obrigada no seu contrato de concessão.-----

----Que seja reposto a favor dos SMAS o valor indevidamente cobrado ao longo deste tempo, sendo que esse valor indevidamente recebido servirá para reforçar o investimento das obras do SMAS e para a diminuição da fatura mensal cobrada aos munícipes utentes do sistema.-----

----Que o sistema de distribuição e tratamento se conserve como um serviço de gestão pública, de qualidade e a um preço justificado.-----

----Esta moção a ser aprovada deverá ser enviada para: Águas do Oeste, ERSAR, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Câmaras Municipais da área da OesteCim, Grupos Parlamentares na Assembleia da República.-----

----O grupo municipal do PCP.”-----

----Relativamente à Águas do Oeste o *Sr. José Augusto de Carvalho*, fez notar que há uma prepotência que já não é de agora, e em vez de acréscimo de eficiência estas empresas trouxeram essencialmente quebra na democraticidade do poder local, os eleitos vêem-se limitados nos seus legítimos direitos de defesa das populações, por atitudes das administrações das mesmas ou das tutelas governamentais.-----

----Muitas vezes estão perante estruturas sem rosto, em que a responsabilização por parte do cidadão é muito difícil, e de permeio está o titular do mandato democrático que é o eleito local, com toda a dificuldade de gerir situações que são lesivas no quotidiano dos munícipes.-----

----Sem subscrever todos os considerandos da moção, assinalou que a parte conclusiva merece a adesão do grupo municipal do PS, que votará a favor.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes*, líder da Bancada Social Democrata disse que votariam a favor.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* solicitou a palavra para assinalar duas incorreções no documento em discussão.-----

-----Assim, disse que não é verdade que todos os concelhos tenham deixado o sistema de faturação por estimativa. Há muitos concelhos que o são, mas Torres Vedras é por medição de caudal.-----

-----Disse também que o 4.º parágrafo da moção refere o acordo estabelecido com os SMAS e a Águas do Oeste para corrigir os problemas, que ainda está com o Ministro do Ambiente para ser ratificado e não está a ser aplicado.-----

-----O *Sr. João Bernardes* disse que lhe parecia importante os esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara e iriam salvaguardar no texto essas questões.-----

-----Assim o primeiro parágrafo da moção passaria a ter a seguinte redação:-----

-----“A empresa Águas do Oeste deixou de faturar o saneamento em alguns concelhos por estimativa, entre os quais o nosso, passando a utilizar, desde há cerca de três anos, caudalímetros para efetuar a leitura dos consumos. Esta mudança nos métodos provocou nos SMAS um aumento brutal de encargos e consequentes derrapagens nas contas dos mesmos.-----

-----O quarto parágrafo:-----

-----“Com base neste estudo os SMAS e as Águas do Oeste chegaram a um entendimento. Porém, em vez de corrigir os problemas, estabeleceu-se um teto de faturação para os meses mais chuvosos, sendo que tal pressuposto ainda não se encontra em vigor.”-----

-----O *Sr. João Pedro Gomes* disse que iria aprovar a moção em discussão, já que o problema da faturação do saneamento por parte da Águas do Oeste tem que ser resolvido.-----

-----Também disse que em consequência disto também se consiga baixar o preço da água.-----

-----Terminadas as intervenções passou-se à votação da moção com as correções introduzidas:-----

-----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a moção em título.-----

MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO DE RAPIDEZ NA DIVULGAÇÃO E NO ALARGAMENTO DO CARTÃO JOVEM MUNICIPAL.-----

-----“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal.-----

-----O Partido Social Democrata em conjunto com a Juventude Social Democrata de Torres Vedras, vêm através desta moção recomendar que seja concretizado, o mais breve possível, em Torres Vedras a implementação do Cartão Jovem Municipal.-----

-----O Cartão Jovem Municipal é uma iniciativa que concede aos jovens munícipes um conjunto alargado de vantagens que promovem a mobilidade e a aquisição de serviços em áreas como o turismo, o desporto, a ocupação de tempos livres, as tecnologias de informação, entre outras.-----

-----Ao adotarem o Cartão Jovem Municipal, os municípios participam num projeto integrado a nível nacional que conta com o apoio da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).-----

-----Neste momento, o Cartão Jovem Nacional indica que existem 52 empresas em Torres Vedras aderentes mas se percorrermos a lista das mesmas, deparamo-nos com muitas empresas que já não existem em Torres Vedras.-----

-----A Câmara Municipal de Torres Vedras, em dezembro de 2014, solicitou às empresas do concelho a confirmação das condições plasmadas nos formulários de adesão ao Cartão Jovem Municipal, já por estas assinados anteriormente.-----

-----O produto Cartão Jovem Municipal conta com a adesão de 73 empresas em Torres Vedras.-----

-----Importa ainda referir que 21 empresas contactaram a CMTV a respeito da possível adesão ao produto referido, ainda que essa intenção não tenha sido formalizada.-----

-----O município fará assim parte da mais expressiva iniciativa juvenil existente em Portugal (existem mais 130.000 portadores de Cartão Jovem em Portugal e cerca de 4.000.000 na Europa).-----

-----É essencial contribuir para a clarificação da razão, finalidade e destinatários que justificam um produto desta natureza no concelho de Torres Vedras:-----

-----Esta medida é essencial porque na sua maioria os jovens têm uma baixa autonomia financeira e entende-se que deve haver mecanismos de apoio que permitam facilitar a sua participação na vida social, cultural, e económica.-----

-----A possibilidade de estas empresas estarem todas, num só cartão, permite incentivar os jovens torrienses a participar mais ativamente no local onde vivem e ao mesmo tempo apoiar o comércio local torriense.-----

-----Sendo que esta medida só acrescenta vantagens a Torres Vedras, é necessário que exista uma divulgação superior do produto. Este alargamento da mensagem de que a câmara já está a implementar o mesmo é extremamente necessário. O mesmo pode ser efetuado através dos meios de comunicação em Torres Vedras como a rádio ou o jornal Badaladas.-----

-----Se a difusão do produto for superior ao que é neste momento, o número de empresas aderentes será certamente superior e assim criar condições para que o produto seja finalizado e entre no mercado.-----

-----É assim, essencial para os jovens torrienses acelerar o processo de implementação do mesmo para um resultado o mais eficaz possível.-----

-----Queremos que o Cartão Jovem Municipal seja um forte impulsionador do Comercio Tradicional!-----

-----Queremos que o Cartão Jovem Municipal seja um incentivo importante para os Jovens Torrienses adquirirem produtos e serviços em Torres Vedras sem que sintam necessidade de se deslocarem a outras localidades!-----

-----Por isso, pedimos a esta assembleia a aprovação desta moção de recomendação para uma maior divulgação e rapidez na implementação do Cartão Jovem Municipal em Torres Vedras”.-----

-----Grupo Municipal do PSD”-----

-----Tomando a palavra sobre o assunto o *Sr. José Augusto de Carvalho* disse que, sem pôr em causa a pertinência dos argumentos que apresentam, a JSD devia fazer a recomendação ao Executivo Camarário, sem que daí tenha que resultar o envolvimento da Assembleia Municipal no seu todo-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* disse que a JSD poderia fazer uma exposição ao Executivo mas o PSD não retirará a moção, que pensa ser inócua e não vê mal nenhum submete-la à votação da Assembleia Municipal, órgão máximo do município, cujos membros podem votar como bem entenderem.-----

-----Trata-se apenas de sugerir que o município seja mais célere na implantação do “cartão jovem”. Acha que a Assembleia Municipal é o sitio certo para estes assuntos serem falados.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez notar que quando vê uma moção a dizer que o município tem que ser célere, pressupõe-se que está a ser lento, o que não corresponde à verdade.-----

-----Esclareceu que o “cartão jovem” é uma iniciativa do Município, que correu os seus tramites, mas está parada no Instituto Português da Juventude, para ser aprovada imagem do cartão, para então se desenvolver toda a campanha de adesão e publicidade.-----

-----Assim recomendou que se poderia alterar a moção, solicitando celeridade ao IPDJ, para que a autarquia possa desenvolver o trabalho que iniciou.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* disse que todos sabem que os processos na administração pública são muito morosos, e admite que este possa estar no IPDJ há alguns meses. Manterão a moção com esse acréscimo ou seja recomendam a quem de direito que sejam mais expeditos-----

-----Pedi a palavra a *Sra. Marta Geraldês*, fazendo notar que o documento em discussão não é para chamar incompetentes a ninguém, mas sim para acelerar o processo.-----

-----Lembrou que a página da autarquia, referente ao cartão jovem está em branco, o que constatou que acontece nos últimos dois anos.-----

-----Reforçou que pediu informações à Câmara, tendo recebido uma resposta com números, mas não lhe foi dito que estava pendente por causa do “logotipo”, mas também acha que o mesmo não impede a divulgação do cartão junto das empresas do concelho.-----

-----Acha que a Assembleia Municipal é o melhor local para fazer este pedido.-----

-----O *Sr. João Pedro Gomes* disse que o CDS vai votar a favor, e também entendem que é na Assembleia Municipal que se devem apresentar propostas.-----

-----Considera que é importante este órgão saber deste “atraso” e de quem é a responsabilidade da não pronúncia da IPDJ sobre o “logotipo”.-----

-----O primeiro secretário da mesa informou que tinha presente na mesa uma adenda ao primeiro parágrafo da moção, que passa a ter a seguinte redação:-----

-----“ O Partido Social Democrata em conjunto com a Juventude Social Democrata de Torres Vedras, vêm através desta moção recomendar que seja concretizado, o mais breve possível, em Torres

Vedras a implementação do Cartão Jovem Municipal. Se tal for necessário a Câmara Municipal de Torres Vedras deve pressionar a administração central.”-----

-----De seguida colocou à votação a moção com a alteração introduzida.-----

-----A Assembleia Municipal reprovou com 21 votos contra, 2 abstenções e 14 votos a favor, a moção em título.-----

CUIDADOS DE SAÚDE – CONCELHO DE TORRES VEDRAS:-----

-----O *Sr. José Augusto de Carvalho* manifestou a sua preocupação, com um misto de revolta com a prestação dos cuidados de saúde no concelho de Torres Vedras, questionando a razão de, até ao momento, o diretor do ACES não se ter demitido, em ordem a não se deixar “chamuscar” por uma situação de crescente degradação destes serviços.-----

-----Referiu o documento lido na correspondência remetido pela Freguesia da Ventosa, que a seu ver veicula o estado de alma de tanta gente, e que não pode deixar ninguém indiferente. O dom da vida é um dom precioso, único e está a ser criminosamente posto em causa com a incapacidade dos serviços do ministério da saúde na prestação dos cuidados elementares.-----

-----No seu entender é intolerável e deve suscitar profunda revolta em todos e algo tem que ser feito.-

-----A quem argumente que a situação não é de hoje, responde que está gravosamente acentuada, e nestes últimos quatro anos não houve uma estratégia de minimização de efeitos que estão em crescendo e que atentam contra a vida.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes*, líder da bancada do PSD, disse que sendo certo que a situação já não é de agora, de certa forma comunga das preocupações expressas, as quais poderão transmitir às entidades superiores.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DA BIBLIOTECA- EX MOAGEM CLEMENTE:-----

-----Relativamente ao assunto em título o *Sr. Vítor Fernandes* questionou quanto vão custar as obras, qual vai ser a mensalidade que o município vai pagar ao proprietário, se o wi-fi vai ser instalado em todo o edifício e se foi tida em conta a utilização da Biblioteca por pessoas de mobilidade reduzida.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que as obras vão custar cerca de €200.000,00 e a renda mensal €5000,00. Quanto ao acesso para mobilidade reduzida, está contemplado pois o edifício já possuiu elevador, o qual foi adaptado.-----

-----Mais esclareceu que é certo o acesso à Internet e a mudança para as novas instalações deverá ocorrer durante o mês de agosto, para abrir ao público em setembro.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROGRAMA TORRES INOV-E:-----

-----O *Sr. Artur Narciso* começou por reportar-se ao “World Happiness Report”, que se baseia nas

condições de saúde e sociais per capita, no qual Portugal desceu 3 lugares para manifestar o seu desagrado com o facto de o governo dizer que estão melhor, considerando que é uma falta de noção da realidade.-----

-----No entanto e porque Torres Vedras tem uma Câmara e tem torrienses que assumem que é o capital humano que faz a diferença, dava os parabéns pelo projeto em título, que faz agora um ano que foi implementado, o qual é orientado para o acolhimento de propostas e para o empreendedorismo ou seja é focado no capital humano, numa altura em que o governo está-se a demitir praticamente de tudo o que são as suas responsabilidades.-----

-----Este programa centra-se em 3 eixos: revitalizar o centro histórico, apoiar mais negócios ou realocar negócios já existentes e apoiar negócios que queiram localizar a sua sede no concelho.----

-----Apoia pessoas que querem dar a volta à sua vida com uma atitude positiva, que não querem emigrar, porque os mandam, e que querem organizar na sua terra as suas vidas e assim também dar mais ao concelho e ao país.-----

-----Deu nota ainda que em 6 meses fizeram-se reuniões que englobaram cerca de 1000 participantes, o que demonstra a importância desta iniciativa, que enaltece e que espera que continue durante muitos anos, numa altura em que os empregos não estão a aumentar, quanto muito estão a aumentar os estágios e têm que ser realistas.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* concordou com o membro no sentido de que o programa está a ser uma boa experiência, não só para as empresas instaladas como também para o aparecimento de novos empreendedores, integrando-os no mercado de trabalho.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

BAIRRO ARENES – CASAL DA PARÓDIA:-----

-----O *Sr. João Bernardes*, interveio no sentido de reforçar uma alerta que já fez anteriormente na Assembleia Municipal sobre uma zona da cidade que chamam de “esquecida”, com alguma razão.---

-----Assim lembrou sobre os passeios que estão todos destruídos, ser necessário uma rotunda na confluência das ruas Manuel Arriaga, Dr. Júlio Vieira e Fernando Vicente e ser necessário a colocação de uma passadeira na zona do mercado grossista. O acesso que existe ao Casal da Paródia é estreito, sem passeios e os residentes deste casal não tem outra forma de aceder senão correndo riscos, numa estrada que já por si é estreita para os veículos.-----

-----Parece-lhe que foi dito pelo edil que não havia “tempo”, mas quando a autarquia tem €120.000,00 para gastar numa coleção de brinquedos, também devia ter verbas para os arranjos dos passeios que são cruciais para as pessoas.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que é um facto mas têm que ter em conta que no exercício de 2014 tiveram menos €10 milhões de euros do que em anos anteriores e há áreas mais penalizadas. Tudo o que era asfaltamento e construção/recuperação de passeios levou um corte profundo, quer a

nível da cidade quer das freguesias. Foi uma opção que tiveram que fazer, mas têm consciência das necessidades e em tempo oportuno lá chegarão.-----

-----Disse que o membro não devia confundir o que é imediato com o mediato, pois este assunto não é comparável a opção de compra de uma coleção de brinquedos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

POUSADA DA JUVENTUDE – SANTA CRUZ:-----

-----Perante as notícias veiculadas sobre privatização das pousadas da juventudes a **Sra. Renata Simões** interveio para manifestar a sua preocupação com a Pousada da Juventude em Santa Cruz.-----

-----Lembrou que esta pousada tem capacidade para 100 pessoas, localiza-se num local estupendo, a estrutura é boa e tem potencial turístico e económico, porém e apesar de ao longo do ano serem desenvolvidas diversas iniciativas, turísticas, culturais, lúdicas, não só em Santa Cruz mas também nas restantes localidades do nosso concelho, não se vê grande movimentação.-----

-----Lembrou ainda que objetivamente uma das funções das pousadas é promover o turismo e lazer junto dos jovens com preços controlados e acessíveis e diretamente visam aumentar o turismo nos concelhos em que se inserem e contribuir para o desenvolvimento económico dos mesmos. -----

-----Contudo não é visível por parte da Movijovem, entidade responsável pela rede nacional da gestão das pousadas, proatividade para atingir estes objetivos. Desconhecem qualquer tipo de iniciativa de marketing que poderia levar a uma maior ocupação do alojamento e um maior dinamismo para o nosso concelho. -----

-----Assim questionou qual a taxa média de ocupação e se tem havido por parte da Movijovem um esforço de divulgação/promoção desta pousada.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que a de Santa Cruz não está englobada nesse pacote de privatizações, mas não sabe se é bom ou mau pois por parte da Movijovem há uma ausência de informação e a autarquia não tem dados sobre a ocupação referente ao ano de 2014. No entanto o Município para cumprir a cláusula sétima do protocolo celebrado com a Movijovem para exploração da pousada em causa tem que saber o resultado líquido da exploração.-----

-----Também disse que não há por parte da Movijovem qualquer dinamização e adaptação da atividade da pousada aos eventos que se realizam em Santa Cruz como por exemplo o Carnaval de Santa Cruz e nem acompanhamento com a dinâmica local.-----

-----Pressupõe que os valores da exploração são positivos senão a Movijovem já lhes tinha vindo “bater à porta”.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

REQUALIFICAÇÃO DO CHOUPAL:-----

-----O **Sr. João Pedro Gomes** questionou qual a previsão temporal para a conclusão das obras em título, qual o atraso e a que se deve o mesmo. -----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que vai à próxima reunião do Executivo um pedido de prorrogação de prazo e preve-se que as obras estejam concluídas no final de junho, mas só no final de setembro é que estará disponível ao público por causa das plantações. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FEIRA DE S. PEDRO:-----

-----O *Sr. João Pedro Gomes* questionou como vai ser a feira, devido ao encurtamento do recinto depois da transferência do Terminal Rodoviário para o Parque Regional.-----

-----Deu nota que o CDS sugere que, durante o período da feira se suspendesse o pagamento nalgumas zonas da cidade, para que o espaço de estacionamento no Parque Regional possa ser aproveitado para a feira.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que a feira será inaugurada no dia 25 de junho com reajustamentos e alterações no recinto, mas não vai haver prejuízos no estacionamento. As alterações vão ser para os operadores já que os divertimentos vão passar para o espaço alcatroado onde se realizava o mercado abastecedor, libertando toda a parte não alcatroada entre o rio Sizandro e a via.--

-----Informou ainda que haverá alteração a nível dos comerciantes, uma vez que no ano passado fizeram uma experiência com aluger contentores, para disciplinar melhor o espaço, que correu bem e pretendem utilizar o mesmo sistema para todos os vendedores do mercado tradicional.-----

-----Face a esta informação o membro *Vitor Fernandes* questionou se com a passagem para o sistema de contentores, as taxas irão aumentar, o que lhe foi respondido afirmativamente mas só no que se refere aos comerciantes tradicionais, não quanto aos expositores.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* aproveitou para lembrar a informação que o colega João Bastos deu na última sessão sobre facto de o Terminal Rodoviário das Caldas da Rainha se localizar no centro da cidade e disse que teve oportunidade de o visitar, tem uma tipologia e construção muito interessante e o mesmo poderá servir de exemplo para o novo terminal de Torres Vedras.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ARRUAMENTOS – CIDADE DE TORRES VEDRAS:-----

-----Partilhando algumas das preocupações expressas pela CDU quanto a alguns passeios e vias da cidade o *Sr. João Pedro Gomes*, deu como exemplo a estrada em frente ao Arena Shopping, uma das que tem mais circulação de trânsito da cidade, que se encontra muito degradada e necessita de reparação urgente.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que a reparação da via referida pelo membro não está nas prioridades, mas está englobada no planeamento feito para o concelho.-----

-----Também disse que o preocupa mais as condições dos arruamentos na zona do comércio tradicional do que na zona do tráfego para o Arena Shopping.-----

-----O *Sr. João Pedro Gomes* fez notar que mencionou esta via, mas poderia ter referido a rua do

Mercado Municipal ou outras na cidade de Torres Vedras, para além esclarecer que o transito que passa no Arena não é só de pessoas que vai para o Shopping.....

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.....

IMÓVEIS MUNICIPAIS:.....

----Tendo verificado que a autarquia tem adquirido alguns imóveis, que estão sem uso, tais como a Azenha da Ponte no Ramalhal e o IVV de Torres Vedras, o *Sr. Joaquim Gomes* questionou para quando a sua utilização.....

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que uma parte substancial do IVV de Torres Vedras está ocupada, no entanto após a realocação dos SMAS, pensam instalar essas instituições nesse edifício de modo a ficarem com o IVV todo livre.....

----Mais informou que a Azenha do Ramalhal está a ser alvo de projeto pelos serviços camarários.---

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.....

ARTE PÚBLICA:.....

----O *Sr. Joaquim Gomes* disse que a cidade de Torres Vedras carece de arte pública e que existem no concelho artistas de graffiti que gostariam de ver a sua arte exposta. A Câmara Municipal poderia disponibilizar espaço e tinta para esta arte, e pensam que o muro da CP entre as duas rotundas seria o espaço ideal para o efeito.....

----O *Sr. Presidente da Câmara* confirmou que o muro em causa é propriedade da CP, mas lembrou que para além dos muros e dos sprays são necessárias verbas para pagar aos artistas, dando como exemplo o graffiti do Choupal, que foi feito por artistas torrienses mas foi pago.....

----Assembleia Municipal tomou conhecimento.....

COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TORRES VEDRAS:.....

----A autarca de A-dos-Cunhados e Maceira, *Cristina Abreu*, que faz parte da comissão alargada, da CPCJ assim como Ana Fiéis e Teresa Oliveira, interveio no sentido de dar nota que no dia 18 de março último participaram numa reunião desta comissão, onde colocaram algumas questões, que não foram bem acolhidas nomeadamente sobre o trabalho que tem sido feito, mas acima de tudo sobre o relatório de atividades de 2014.....

----Desde logo e como membro da comissão alargada, lamentou não ter recebido o relatório e nem sequer consegue ter acesso ao mesmo, que foi disponibilizado aos líderes das bancadas, e que espelha, segundo aquilo que foi aprovado nessa data, o que se passa no concelho.....

----Disse que colocou questões diretas à presidente da comissão e sua equipa que fazem um trabalho meritório em regime voluntariado, para saber o que é a CPCJ e que tipo de problemas tem o concelho sem ter obtido resposta, remetendo-a para a lei e para o site.....

----Para ela é grave não conseguir perceber quais os principais problemas dos jovens do seu concelho e não é pela leitura do relatório que o conseguem fazer. Na reunião ofereceram os seus

prestimos para ajudar, não puseram em causa o trabalho, mas tão somente tentaram compreendê-lo pelo que gostaria que a assembleia tomasse posição quanto a esta situação. -----

----O *Sr. Presidente da Mesa*, esclareceu que o relatório foi enviado para o Presidente da Assembleia que achou por bem distribuí-lo pelos líderes das bancadas, dando depois conhecimento à assembleia. Devia ter sido a comissão a disponibilizar o relatório aos seus elementos.-----

----A *Sra. Ana Fiéis*, secundou as palavras da oradora anterior, ao que acrescentou que quando foram eleitas pensavam que iam ter, de algum modo, um papel interventivo, e no entanto tudo o que questionaram e propuseram não foi bem aceite nem bem interpretado e sentiram-se muito inúteis.----

----Atento o importante que é esta comissão que trata de problemas dos jovens acha que Assembleia Municipal deve tomar posição sobre o assunto.-----

----A *Sra Susana Neves* para além de reiterar a insuficiência na qualificação das temáticas e problemas em diagnóstico apresentadas no relatório de atividades de 2014, preocupação já expressa pelas colegas, manifestou-se confusa com o tipo de medidas, quer definitivas quer provisórias que estão explanadas. Nada é explícito e não se consegue entender o que na prática é feito. Além disso não espelha, para cada caso de menor, tempo em média e o número de intervenções que é feito na rede da sistémica familiar.-----

----O *Sr. José Augusto de Carvalho* disse que iria apresentar à Assembleia Municipal uma proposta, que resultou da apreciação que o grupo municipal do PS fez do relatório de atividades da CPCJ de 2014.-----

----Esta proposta visa um tríplice enfoque ou seja, relevar a importância da problemática de que se ocupa a CPCJ, vincar a necessidade que é um dever e um direito, dos membros da Assembleia terem um melhor conhecimento quer da problemática em causa quer da atividade da comissão e por último, atentas as intervenções das representantes na comissão, significar que a representação da Assembleia Municipal têm que ser respeitada.-----

PROPOSTA:-----

----“Atento o Relatório da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Torres Vedras que recentemente nos foi remetida;-----

----Considerando os valores em causa na Protecção de Crianças e Jovens;-----

----Considerando ser relevante dispor de um conhecimento mais aprofundado da actividade da referida comissão;-----

----Propõe-se que a Assembleia Municipal de Torres Vedras, através do respectivo Presidente, diligencie no sentido de, a breve trecho, se realizar uma reunião conjunta dos membros deste órgão municipal e a supramencionada Comissão, visando o referido propósito de obter um melhor conhecimento da actividade da Comissão e da problemática na área do concelho que legalmente lhe compete tratar.-----

-----Obviamente, considerando a participação na mesma reunião da Câmara Municipal.-----

-----Torres Vedras 28/04/2015.-----

-----Grupo Municipal do PS”-----

-----Dando nota da sua visão pessoal e por causa da sua profissão o **Sr. Luís Carlos Lopes** disse que tem tido contacto com as comissões de proteção de concelhos limítrofes, e parece-lhe que a de Torres Vedras não é a mais profícua nem a mais ativa. O que foi dito reflete o que na prática constatam quando têm contactos quotidianos com a CPCJ de Torres Vedras.-----

-----Nesta vertente o concelho de Torres Vedras não está à frente como em tantas outras.-----

-----Sobre este assunto o **Sr. Presidente da Câmara** lembrou que a CPCJ é um organismo autónomo que tem presidente rotativo, que presentemente é um representante do Ministério da Educação.-----

-----Pensa que Torres Vedras e também o país tem tido sorte, e dentro da estrutura que agora existe, têm que tentar fazer com que funcione da melhor forma.-----

-----No entanto acha que se tem que reformular este modelo de comissões alterando o sistema que deve ter uma estrutura muito mais profissionalizada com responsabilidade muito mais direta, e o governo, qualquer que seja, não se pode alhear disto como a Segurança Social se alheia da CPCJ.-----

-----Terminadas as intervenções passou-se à votação da proposta em discussão.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a proposta em título.-----

VISITA A VILLENAVE D’ORNON:-----

-----O **Sr. Secundino Oliveira** interveio no sentido de dar nota que, âmbito da geminação com Villenave d’ornon uma comitiva de Torres Vedras que incluiu a Vereação, Assembleia Municipal, ASSIM e Gaiteiros da Freiria, realizou um intercâmbio com as cidades geminadas com esta cidade francesa de 12 a 17 de março de 2015.-----

-----Da visita realçou a estadia e o convívio com as famílias de acolhimento que é um fator que contribui para fomentar a confiança mútua, a amizade e compreensão.-----

-----Realçou também a participação dos Gaiteiros na noite de S.Patrick em Villenave d’ornon, para divulgação da cultura tradicional.-----

-----Disse ter sido importante o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos 22 anos pelos elementos da ASSIM no fortalecimento dos laços de amizade com os elementos participantes das comitivas das cidades geminadas.-----

-----Salientou a visita a lugares turísticos da região (Chateau de La Brède - Montesquieu) e a quinta de produção de vinho biológico, com a descrição do seu funcionamento e prova de vinhos e considerou interessante a participação, numa pequena atividade, de campanha política para o Departamento.-----

-----Salientou ainda que o encontro teve o seu momento alto com a assinatura da Carta de Compromisso da Cooperação Europeia pelos quatro presidentes de Câmara.-----

-----Achou interessante a proposta de desenvolvimento de novas atividades direcionadas para as

comunidades jovens assim como proposta do presidente da câmara de Torres Vedras de carácter ambiental na promoção da substituição da iluminação atual por LED e de aquisição de carros elétricos.-----

----Deu nota ainda que pelo caminho reforçaram a amizade com Burgos e presenciaram uma breve descrição do funcionamento dos serviços do governo da cidade.-----

----No seu entender a geminação com Villenave mostra que é possível cooperar e evoluir nos ideais europeus, e trata-se sem dúvida uma geminação com futuro.-----

----Considera importante a participação dos jovens na construção europeia pois nos dias que correm a importância de compromissos europeus são crescentes e o conhecimento dos problemas, a partilha de experiências, o compreender melhor as perspetivas dos outros permitirá procurar vias de entendimento e reforçar a cooperação para vencer a crise de valores na europa e mundial.-----

----O *Sr. Presidente da Mesa* disse que fez parte da comitiva e comunga da importância que esta geminação tem para os torrienses.-----

----Por sua vez o *Sr. Presidente da Câmara* agradeceu a participação dos membros da Assembleia Municipal nesta visita, chefiada pelo seu Presidente Alberto Avelino.-----

----Assinalou que foi bom para todos, e especialmente para os autarcas, para que tenham consciência de que a diferença e a distancia não é assim tão grande, além dos laços fundamentais que se criam.-----

----Também para os franceses é bom verem a envolvimento de outros órgão para além da Câmara e sua vereação, da ASSIM e das famílias de acolhimento.-----

----Considerou que a visita foi muito gratificante para quem foi pela 1.ª vez, para começarem a ver a geminação com Villenave de outra forma, a qual tem corrido bem e será para manter pois é bom que se criem estes elos. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----Teve início o Período Antes da Ordem do Dia.-----

PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2014, DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013, DE 12.09:-----

----Presente ofício número 2695, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16 de abril de remeter em (CD) os documentos acima identificados, que foram aprovados por maioria pelo Executivo em reunião extraordinária realizada em 14 de março último.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* apresentou os documentos em título, que espelham um aumento do ativo em 6,4 milhões de euros e diminuição do passivo em 3,2 milhões de euros, ou seja a dívida diminuiu €1.700.000,00 no longo prazo e €1.400.000,00 no curto prazo, o que representa uma grande

recuperação financeira, sem aumento de impostos e sem recorrer ao PAEL como o PSD fez questão de lhes recomendar. Em boa hora encetaram esta recuperação financeira pelos seus próprios meios.--

-----Registou-se um resultado operacional positivo de 5,5 milhões de euros num ano em que a receita corrente baixou e a receita de capital também. Foi um resultado conseguido com um orçamento curto. Também a execução orçamental foi muito boa, na ordem de 94% na receita e de 101% na despesa.-----

-----Salientou que estes resultados permitem encarar de forma mais leve o futuro e terem condições de pagar a fornecedores em agosto até 60 dias, sendo certo que à data o prazo médio é de 70 dias.----

-----Conseguiu-se reduzir a dívida em 3,2 milhões de euros em 2014 e quando em 2013 já tinham reduzido em 5,5 milhões de euros sem aumentar impostos e sem aumento de receita, o que reflete bem o esforço e ajustamento que tem sido feito.-----

-----Por fim disse que é com muito orgulho que submete à aprovação do órgão deliberativo as contas que estão equilibradas do município de Torres Vedras.-----

-----O líder da bancada socialista **José Augusto de Carvalho** começou por salientar que é factual, consta dos documentos em apreço pelo que subscreve as palavras do edil.-----

-----O aspecto da redução da dívida a fornecedores que é muito sensível, e deve ser enaltecido o facto de se pagar a 70 dias, tendo em conta os tempos difíceis que vivem.-----

-----Houve um esforço da redução de custos, bons índices de execução quer da despesa quer da receita corrente, e verificou-se uma poupança corrente de 5,2 milhões de euros. O inverso verifica-se na vertente de capital com um saldo de 5,2 milhões de euros favorável à despesa.-----

-----Assinalou que nos 41,5 milhões de euros de receita, os impostos diretos representaram 43%, com o IMI a representar 12,4%. As transferências do orçamento de estado representaram 26%.-----

-----Verificou-se do lado da despesa o pessoal 25,9%, aquisição de bens e serviços 30,6%, transferências correntes 15,2%, aquisição de bens de capital 9,75% e passivos financeiros 8,97%.-----

-----Relativamente às GOPs, verificou que houve uma execução física de 72% dos quais 87% foram pagos. Numa visão evolutiva, sente-se quer do lado das receitas quer das despesas, a crise que o país tem vivido à qual o município Torres Vedras não é alheio e por isso mais importante é o equilíbrio e o resultado positivo alcançado em 2014.-----

-----Assinalou a redução de 8,4 milhões euros na dívida, não obstante o município nunca ter deixado de perder oportunidade de se candidatar a fundos comunitários.-----

-----Por último deu enfoque a atividades que o município desenvolveu em 2014, tais como: implementação do plano de mobilidade, obra de requalificação do Choupal, obras da EB1 de Campelos e Ponte do Rol, aquisição da Azenha da Ponte, projeto de requalificação de Porto Novo.---

-----Salientou ainda com relevância qualitativa, reconhecida em todo o país: melhor Município na promoção ambiental, prémio da rede CIVITAS na área da mobilidade, prémio Europa Nostra com a

requalificação do património das Linhas de Torres, certificação da área protegida da Serra do Socorro e Archeira, lançamento do projeto Torres InovE, e toda a atividade que o município conseguiu manter e desenvolver nas áreas sociais, educacionais e culturais que todos conhecem.-----

-----Com convicção dos tempos difíceis que têm vivido e sendo certo que houve um esforço sério, o voto do grupo municipal do PS é favorável.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* começou por dizer que é preferível ter contas positivas, como em 2013 e 2014 do que negativas como aconteceram em anos anteriores e é positivo que se diminua a despesa e reduza a dívida quer perante os fornecedores quer perante a banca.-----

-----No entanto têm que ter em conta que contribuíram para estes resultados fatores importantes, ou seja estão perante uma autarquia, que toda a atividade económica que lhe está inerente se consubstancia nas suas contas, porque muitos destes impostos, nomeadamente das receitas provém diretamente deles.-----

-----Não vão dizer que a crise passou ao lado de Torres Vedras, pois de certeza que ainda têm muitas pessoas com dificuldades, e existem na Câmara programas de apoio social através dos quais em alguns momentos se substituiu em funções que não lhe estão diretamente alocadas.-----

-----Também têm que ter em conta que muitos dos impostos que dão dinheiro ao município são geradas pela atividade económica das empresas instaladas no concelho.-----

-----Assim, deu nota que a derrama aumentou para €9700,00 ou seja duplicou em relação a 2012 e 2013 e a receita do IMI que toca a todos, subiu para €12.400,00 sabendo que para 2015 este valor irá de certo subir. Já o IMT teve uma ligeira baixa.-----

-----Também a ter em conta nos resultados do exercício de 2014 que as transferências do estado não sofreram grandes divergências, para além de um valor referenciado em “outros” que difere €2.600,00 do ano anterior e sobre o qual solicita alguns esclarecimentos.-----

-----Como menos positivo, foi a manutenção da taxa do IMI, que poderia ter sido diminuída ligeiramente. Considera que não podem ter os cofres cheios e os bolsos vazios, o que se aplica tanto a nível nacional como local. Pensa que é este equilíbrio que falta no município. -----

-----Não vai falar dos arruamentos, nem no asfaltamento nem nos arranjos das estradas. No entanto tem a noção que as transferências para as juntas de freguesia têm vindo a decair, assim como os apoios para as associações sem fins lucrativos.-----

-----Em termos empresariais, de gestão e de rigor assinalou que como sempre os documentos estão muito bem apresentados.-----

-----Também nunca foi posto em causa pela bancada do PSD, nos anos que houve prejuízo que não hovesse a tentativa de terem feito o melhor possível, como também agora não vão cantar “ossanas” pelo resultado alcançado.-----

-----É bom, é melhor ser positivo do que negativo, mas e apesar de perceber que há um grau de

imprevisibilidade e que 12 meses é muito tempo, podiam desacelerar um pouco no IMI, na derrama e no IRC, indo de acordo ao que o edil disse quando atingissem um equilíbrio nas contas.-----

-----Referiu ainda que prevê que o IMI em 2015 suba até um valor nunca inferior a €15.000,00. Tendo em conta os fatores negativos e positivos que mencionou o Executivo devia ter tido isso em conta e ter feito ajustamentos.-----

-----Em relação à contrapartida externa, a Câmara Municipal repôs alguns contributos salariais em termos de subsídios, mas continuam com alguns cortes, e isto apesar de ter havido 79 funcionários que se aposentaram, o que se vai refletir na despesa.-----

-----Por último e referindo-se ao balanço consolidado, na questão das dívidas fez notar que não entende o valor de €250.000,00 atribuído à EIIO, e solicitava os devidos esclarecimentos.-----

-----Teve de seguida a palavra o **Sr. Artur Narciso** que questionou sobre a veracidade de uma notícia veiculada no jornal Badaladas que fala em obras que o governo de Passos Coelho fez na região, a nível das escolas, hospitais, centros de saúde, quartéis da GNR e requalificação do Choupal-----

-----Em resposta à intervenção do membro Luís Carlos Lopes, o **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que a EIIO é a firma que lhes vendeu os Jardins de Santiago, cujas prestações acabam este ano. -----

-----Quanto à referência que o membro fez de que a crise não passou ao lado de Torres Vedras, pensa que a crise está a chegar neste momento, dando nota que nos próximos meses verão algumas firmas referenciais do concelho a encerrarem. À espera da retoma foram aguentando-se nestes últimos anos, mas já não dá mais.-----

-----No que se refere aos aumentos de receita, esclareceu que o da derrama é fictício, porque se trata de um engano do Ministério das Finanças, cujo valor de 750.000,00 já foi devolvido e assim vai parar aos valores normais.-----

-----Esclarecendo sobre as transferências sob “outros” que baixou, disse que nesta rubrica cabem as transferências da DIGEST, relacionadas com o enriquecimento curricular que não chegaram a tempo e horas, e só foram transferidas para a autarquia muito recentemente.-----

-----No tocante às transferências para as juntas de freguesia explicou que naquilo que é corrente não tem diminuído, antes pelo contrário, mas diminuíram nas transferências de capital.-----

-----Lembrou o membro que foram dois os exercícios negativos, e penalizam-se por isso, tendo na altura explicado a razão, e precisaram de algum espaço para ajustar, mas têm estado a cumprir com o que disseram e os últimos quatro exercícios foram positivos.-----

-----Abordando a questão do IMI, está totalmente de acordo que aumentou e vai aumentar, mas os impostos baixaram e por isso a receita da Câmara Municipal baixou. O aumento do IMI não tem compensado as receitas que estão a baixar.-----

-----Aproveitou para referir, tal como tinha feito no seu discurso da sessão solene do 25 de Abril, que

neste QREN Torres Vedras executou 41 milhões de euros, onde estão englobados os centros educativos. Fizeram 10 centros educativos, e se com o “Portugal 2020” fizessem mais 10 tinham o problema do concelho resolvido. No entanto no próximo quadro comunitário de apoio “Portugal 2020” 50 milhões de euros são para as escolas na região centro. Destes, 23 são para o Oeste e a Torres Vedras calha cerca de €2.877.000,00. Assim, comparativamente lembrou que o Centro Educativo da Ventosa, ronda os 6 milhões e o de S. Pedro da Cadeira os 4 milhões.-----

-----A seu ver é incompreensível que a comunidade europeia não perceba as desigualdades que existem nos concelhos, que têm escolas do sec XIX e do sec XXI a funcionar.-----

-----Com o “Portugal 2020” só terão verbas para fazer uma escola e a autarquia terá que utilizar o seu orçamento se quiser dar este passo. Têm que ter receita para concretizar esta ambição que é legítima e se não tiverem receita do IMI, com este quadro de financiamento não terão mais nenhuma.-----

-----Reforçou que quem defende a redução do IMI pode fazê-lo legitimamente, mas deve dizer que será a custo de obra que não é necessário ou pode esperar.-----

-----Reduzir receita e exigir escolas é impossível, a menos que queiram que façam parecerias público/privadas, mas julga que neste momento o PSD já não se atreve a propor isso, ou então recorrer a um endividamento louco, que também acha que não vão propor.-----

-----Tem que se ter uma gestão equilibrada e julga que o IMI de Torres Vedras, por muito que lhes custe a pagar, e custa todos os proprietários, é equilibrado.-----

-----Reportando-se à questão do membro Artur Narciso informou que se refere a palavras de Duarte Pacheco, que provavelmente se estava a referir ao Sobral de Monte Agraço, onde houve obras no centro de saúde e no quartel da GNR, tendo confundido esta localidade com o Oeste.-----

-----No que se refere ao Choupal, lembrou resumidamente os acontecimentos que levaram à fase em que se encontram agora, depois do governo ter negado o financiamento que estava acordado através do programa Pólis, obras para as quais Torres Vedras contraiu um empréstimo, mas aproveitando o “overbooking” tem a expectativa de ser financiado através da CCDRcentro em €4.500.000,00 o que só se concretizará após a obra estar concluída e paga.-----

-----Pedi novamente a palavra o **Sr. Luís Carlos Lopes**, indicando que concorda com as palavras do edil em relação às dificuldades de algumas empresas torrienses.-----

-----Quanto ao aproveitamento do “overbooking”, disse que foi bom, mas não é nada de anormal, pois já foi assim que foram feitas as obras de Santa Cruz.-----

-----Lembrou também que em determinada altura houve um governo PSD/CDS que transferiu Torres Vedras para a CCDRCentro, que na altura foi muito polemizado, mas foi esta transferência que permitiu que Torres Vedras tivesse o financiamento que teve no passado QREN.-----

-----Em relação ao novo QREN “Portugal 2020” concorda que a verba para as escolas é horrível, mas espera que haja reprogramação e enquadramento nos quadros, porque sempre assim aconteceu. -----

Manifestou-se um defensor das escolas pois também concorda que ter no concelho escolas do 1.º ciclo do século XIX e do século XXI não faz sentido absolutamente nenhum.-----

-----Em relação às contas considera importante que a Câmara Municipal tenha saldo positivo e que possa investir nessas necessidades, porque chegaram a um valor de endividamento menor que lhes permitirá, com a diminuição das taxas de juros, reprogramar alguns empréstimos e fazer melhorias.--

-----Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação, o assunto em título.--

-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria, de 27 votos a favor e 10 abstenções os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2014, do Município de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que votaram a favor os membros do PS, Pedro Germano e Hélio Gomes e abstiveram-se os membros do PSD, PCP e CDS. Encontravam-se ausentes, António Moreira e Marta Geraldês.--

PONTO 2 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE ATIVIDADES, DO ANO DE 2014, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI 75/13, DE 12.09:-----

-----Presente ofício número 2695, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16 de abril de remeter os documentos acima identificados, que foram aprovados por maioria pelo Executivo em reunião extraordinária realizada em 14.04.2015.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por referir que os resultados negativos que se verificam neste exercício resultam do excessivo débito de afluentes por parte da empresa Águas do Oeste, SA, com o pagamento de mais 797 mil euros de saneamento do que no ano de 2013.-----

-----Explicou que em 2014 venderam cerca de 4 milhões de metros cúbicos de água mas foi-lhes cobrado em ETAR cerca de 6,5 milhões de metros cúbicos, daí esta discrepância e dificuldade no equilíbrio do exercício de 2014.-----

-----Como positivo salientou que se registou uma diminuição de €200.000,00 com os custos do pessoal, tiveram uma execução de 55% e baixaram as perdas de água para 23%.-----

-----Também salientou que a cobertura do saneamento está em cerca de 93% do território e deste 92% tem tratamento em ETAR, o que são níveis excelentes.-----

-----Deu nota ainda que os SMAS praticam uma tarifa social que já abrange 1000 famílias e também que beneficiam 137 agregados familiares numerosos.-----

-----Trata-se de uma gestão que continua equilibrada com resultados operacionais positivos mas tem um problema que tem que ser resolvido com a Água do Oeste, S.A ou com quem lhe suceda já que estão no meio de uma fusão de sistemas.-----

-----Para concluir deu nota que há cerca de 2 meses que notificaram esta empresa por causa do que estão a pagar a mais, no sentido de que se obter uma solução ou impunham uma ação judicial em

tribunal. Como não obtiveram resposta em maio devem avançar. Sabem que não é uma ação em tribunal que vai resolver, mas o que pretendem essencialmente é chamar as diversas partes à conversa para concertar uma solução. -----

----Tomou de seguida a palavra o **Sr. João Bastos** indicando que nos anos anteriores o grupo municipal do PSD tem votado contra ou abstenção. O voto não favorável fundamenta-se no facto de os SMAS terem o exclusivo da venda da água e terem o preço dos mais caros a nível nacional.-----

----Quanto ao facto de se comprar a água muito cara à EPAL tanto quanto foi informado, parece agora baixou um pouco o preço do fornecimento da água.-----

----Os SMAS tiveram há três anos atrás, resultados positivos e nos últimos dois negativos pelas razões referidas pelo edil.-----

----No ano transacto defendeu que o preço devia ser igual para todos os cidadãos sendo a água o bem mais essencial que existe, e segundo notícias que têm sido veiculadas nos jornais, o que tem tendência a acontecer é que o preço da água seja uniformizado.-----

----Assim, espera que no futuro o preço da água em Torres Vedras seja mais baixo, ou que pelo menos fique na média dos concelhos de Portugal. Quando assim for, votará a favor, até lá vota contra.-----

----A **Sra. Teresa Oliveira** líder da Bancada do PCP, disse que para além de considerarem que na generalidade a execução das GOPs foi baixa no que era previsível e desejável, com 42% no saneamento e 57% na água, registou-se uma derrapagem no saneamento, questão já abordada na sessão através da moção apresentada pelo PCP e noutras intervenções.-----

----Reforçou que esta questão não é nova, tem três anos e já ano ano passado em novembro na discussão do orçamento dos SMAS, o PCP fez notar que esta questão traz prejuízos sérios a nível monetário para a população, tendo sido uma das razões que os levou a votar contra.-----

----Deu nota dos esclarecimentos que o edil deu na referida sessão, quanto à colocação por parte da Águas do Oeste, dos caudalímetros à saída da Etares quando está obrigada pelo contrato de concessão a colocá-los à entrada e dizer que estão sensibilizados para solucionar o problema consideram que é passivo demais.-----

----Se durante 2014 foi feita alguma coisa para resolver a situação, foi muito pouco.-----

----Disse ainda que depois de muitas vezes este assunto ter sido levado à Câmara pelo Vereador do PCP, a tal fórmula de equilíbrio que o Presidente da Câmara queria encontrar parece que está no bom caminho.-----

----Assim e pelas razões apresentadas o grupo municipal que lidera irá votar contra.-----

----A **Sra. Claudia Ferreira** começou por dizer que é um facto que o resultado líquido é negativo, em cerca de 780 mil euros que se deve quase exclusivamente ao excessivo débito de efluentes das Águas do Oeste. Salta à vista a diferenças entre o que é vendido pelos SMAS versus o que é pago, e

há que tomar medidas para que não se repita, o que acredita que vai acontecer a breve trecho.-----

-----Registou as explicações do edil para entrar para a via judicial para resolver a questão como maneira de se fazerem ouvir. -----

-----De seguida assinalou, não como aspecto positivo a diminuição da despesa com pessoal, porque resultou dos cortes nas remunerações dos funcionários por via do orçamento de estado. Como positivo assinalou que o bolo da receita total foi superior à despesa total e a receita corrente excedeu a despesa corrente.-----

-----No que se refere ao relatório de atividades referenciou que apesar de os SMAS terem tido resultado negativo em 2014, continuam a evidenciar uma sustentabilidade económica/financeira bastante aceitável na medida em que continua a apresentar ativos que permitem resolver a totalidade do passivo.-----

-----Destes resultados obtidos destaca-se a melhoria de tempos de espera, o grau de satisfação de atendimento dos clientes para além dos 90% e nesta sequência pode-se afirmar que a qualidade de serviço prestado ao cidadão é um serviço de elevado nível.-----

-----Face a tudo o que referiu e demonstrado também ao longo do relatório em causa pode-se afirmar que os SMAS de Torres Vedras pautam a sua atividade visando a excelência do serviço público prestado e assumindo um desempenho positivo e com um potencial de que assim continue a ser.-----

-----Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, que se dirigiu à líder da bancada do PCP para esclarecer que quando disse que até ao final de 2014 deveriam encontrar uma fórmula compensatória efetivamente chegaram até essa fórmula, que só não está em aplicação porque não teve cobertura do governo.-----

-----Disse não admitir ao membro dizer que fizeram pouco ou que foram demasiados passivos. Não lhe reconhece que faça esta apreciação do seu trabalho, que e antes pelo contrário, tem sido bastante ativo.-----

-----Interroga-se que medidas é que podem ser tomadas e também não viu o PCP no Executivo propor medidas para resolver o assunto.-----

-----Sabe que a razão de os medidores de caudal estarem à entrada das ETARES e não à saída do sistema, é financeira. Se for à entrada é um por ETAR e se for por sistema serão em número muito superior o que a Águas do Oeste não fez e devem bater-se por isso. Votaram a favor da moção do PCP, também sabendo que qualquer investimento implica mais tarifa. -----

-----Se ele tem sido muito passivo, deixa o repto de a líder da bancada lhe dizer que ações é que o PCP propõe para resolver a situação.-----

-----Concluídas as intervenções passou-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, de 25 votos a favor e 10 votos contra aprovar os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Atividades, do ano de 2014, dos Serviços

Municipalizados de Água e Saneamento.-----

-----Anota-se que não estavam presentes na votação José Augusto de Carvalho, Ana Cristina Abreu António Moreira e Luís Carlos Lopes.-----

PONTO 3 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2015 – ORÇAMENTO/DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI 75/13, DE 12.09:-----

-----Presente ofício número 2695, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16 de abril de remeter os documentos acima identificados, que foram aprovados por unanimidade pelo Executivo em reunião extraordinária realizada em 14.04.2015.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que a revisão visa aplicar o saldo de tesouraria em obras devidamente especificadas nos documentos distribuídos.-----

-----Não se registaram intervenções pelo que, o Presidente da Mesa colocou à votação o assunto em discussão:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais para 2015 – Orçamento/Despesa e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

-----Anota-se que se encontravam ausentes da sala José Augusto de Carvalho, António Moreira e Luís Carlos Lopes.-----

PONTO 4 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA O) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12.09:-----

-----Presente ofício número 2695, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16 de abril de remeter os documentos acima identificados, que foram aprovados por unanimidade pelo Executivo em reunião extraordinária realizada em 14.04.2015.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que em causa está possibilidade dos SMAS poderem contratar 3 técnicos para monotorizarem o programa de controle de perdas de água, que mesmo com uma baixa percentagem é relevante e pretende-se ter uma equipa operacional só dedicada a esta tarefa.-----

-----O membro *João Bastos* questionou se as regas dos jardins públicos estão contabilizadas nas perdas de água, tendo a resposta do edil sido que todos têm contadores. -----

-----Não se registaram mais intervenções pelo que, o Presidente da Mesa colocou à votação o assunto em discussão:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a proposta da 1ª alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento: 1 Técnico superior e 2

Assistentes operacionais, sendo 1 canalizador e 1 cabouqueiro. -----

-----Anota-se que se encontravam ausentes da sala José Augusto de Carvalho, António Moreira e Luís Carlos Lopes.-----

PONTO 5 - CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL – PROGRAMA DE APOIO AO ARRENDAMENTO 2015, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6 DA LEI 8/2012 DE 21.02:-----

-----Presente ofício número 2587, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de abril, a informar que em 7 de abril último deliberou fixar até 70 o número de candidaturas para os períodos de setembro a dezembro de 2015 e janeiro a agosto de 2016, prevendo um valor estimado por candidatura e por mês de €202,00, num total de €56700,00 para 2015 e €113.400,00 para 2016, remetendo o pedido de autorização em título. -----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que os membros do Órgão Deliberativo já conhecem o assunto dos anos anteriores e sendo o programa anual, em causa está a repartição de encargos. -----

-----A *Sra. Susana Neves* pediu a palavra para realçar o intenso trabalho e a boa prática a nível social que este programa traduz, que substituiu em muito a Segurança Social, sendo por isso que o orçamento da Câmara Municipal é sempre desafiante e é humanizante para dar resposta a projetos como este.-----

-----Enfatizou ainda que o programa tem sido uma mais valia no concelho porque tem permitido a profilaxia do desalojamento e de contextos de sem abrigo e sem dúvida que o conforto habitacional é um contexto que promove situações de proteção a nível de doenças crónicas e situações de desemprego prolongado sem proteção social, situações muito frágeis de doença mental, situações de contexto familiar monoparental e numerosas e acima de tudo a proteção de menores para o seu crescimento saudável e sustentável. Sem dúvida um projeto meritoso que deve continuar.-----

-----Concluídas as intervenções passou-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, conceder autorização prévia para repartição de encargos e assunção de compromisso plurianual – Programa de Apoio ao Arrendamento 2015, nos seguintes termos: até 70 o número de candidaturas para os períodos de setembro a dezembro de 2015 e janeiro a agosto de 2016, prevendo um valor estimado por candidatura e por mês de €202,00, num total de €56700,00 para 2015 e €113.400,00 para 2016.-----

-----Anota-se que se encontravam ausentes da sala José Augusto de Carvalho, António Moreira e Luís Carlos Lopes.-----

PONTO 6 - PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 820/XII - ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DA “UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TORRES VEDRAS (SÃO PEDRO E SANTIAGO E SANTA MARIA DO CASTELO E SÃO MIGUEL) E MATAÇÃES”, NO

MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, PARA “SANTA MARIA, SÃO PEDRO E MATAÇÃES”, DA INICIATIVA DO PSD E CDS-PP:-----

-----Presente ofício número 62/CAOTPL da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local de 23.03.2015 a solicitar cópia autenticada da ata com o parecer emitido sobre o Projecto de Lei em apreço.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que a Assembleia da República solicitou pareceres aos Órgãos Autárquicos de Torres Vedras, tendo o Executivo deliberado, com um voto contra, concordar com o nome proposto pela Assembleia de Freguesia.-----

-----Teve a palavra o presidente da União de freguesias em causa, *Francisco Martins*, para explicar que a alteração do nome foi uma necessidade uma vez que o nome atual é incompreensível.-----

-----Disse que o processo começou em março de 2014, liderado pela Assembleia de Freguesia e no qual, numa fase inicial, foram solicitados pareceres a 80 entidades do concelho mas apenas 40 responderam e foi feita consulta pública com grande divulgação. Não receberam muitas participações, mas enaltece as que receberam.-----

-----Deu nota ainda depois da auscultação pública a Assembleia de Freguesia escolheu três nomes e que a sua escolha pessoal era “Freguesia de Torres Vedras”.-----

-----Por fim informou que questionaram a DGAL sobre o processo de alteração do nome da Freguesia, que lhes deu orientações dos trâmites antes de remeter o assunto para a Assembleia da República. Assinalou que a Junta de Freguesia vai respeitar o parecer da Assembleia de Freguesia.---

-----O *Sr. Joaquim Gomes* interveio para justificar o voto contra do grupo Municipal do PCP, uma vez que esta bancada sempre esteve contra o processo de extinções de freguesias. Votarem agora a favor iria legitimar esse processo.-----

-----Não se registaram mais intervenções tendo o Presidente da Mesa submetido à votação o assunto em título:-----

-----Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, de 33 votos a favor e 3 votos contra dar parecer favorável ao projecto de Lei n.º 820/XII referente à alteração da denominação da “União das Freguesias de Torres Vedras (São Pedro e Santiago e Santa Maria do Castelo e São Miguel) e Mataçães”, no município de Torres Vedras, para “Santa Maria, São Pedro e Mataçães”.-----

-----Anota-se que votaram contra os membros do PCP e estavam ausentes da sala José Augusto de Carvalho, António Moreira e Luis Carlos Lopes.-----

PONTO 7 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12.09:-----

-----Presente informação referente à actividade do município de fevereiro, março e abril de 2015, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão

e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores a 24.04 é de €3.553.193,41 e o saldo de tesouraria €1.454 722,72.-----

-----O **Sr. João Bastos**, lembrou que na sessão anterior tinha manifestado o seu desagrado pelo facto de a plataforma para aceder a plantas de localização para instrução dos processos de obras não estar a funcionar há já vários meses. Desconhece se a culpa é da Câmara Municipal de Torres Vedras ou da OesteCim, e questionou quando é que volta a estar operacional.-----

-----Reportou-se ao Plano de Urbanização da Cidade de Torres Vedras, cujo documento em discussão indica que foram recepcionadas 18 exposições, uma das quais é da sua autoria.-----

-----Na mesma fez várias referências mas deu especial ênfase às UOPG 3 - zona de expansão da Quinta das Marvãs e UOPG 4 – zona de expansão da antiga metalúrgica Francisco António da Silva, e que o Plano de Urbanização classifica como “alta densidade”.-----

-----Assim chama a atenção que ao se aprovar o PU desta maneira é transformar a entrada sul de Torres Vedras numa réplica da encosta de Santo António dos Cavaleiros. Acha que em urbanismo já não se usa. Também a Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras partilha da sua opinião e consideram irracional esta zona de expansão proposta.-----

-----Disse que já teve acesso à resposta que a autarquia tem preparada para lhe dar que refere que classificação do solo proposta no plano em causa para a áreas das UOPG 3 e 4, traduz a classificação do solo que se encontra estabelecida em sede de plano diretor municipal de Torres Vedras.-----

-----Questionou onde é que no PDM está escrito que a Encosta das Marvãs é de alta densidade e com seis pisos.-----

-----O **Sr. António Fortunato**, abordando a informação em análise no que se refere ao seu ponto 3 – Desporto, disse que a mesma peca por defeito, dado que, dando continuidade à utilização dos campos relvados há mais atividades que não vêm mencionadas e há muitas crianças a utilizar os relvados das coletividades.-----

-----Assim deu nota ainda que no Atletismo se realizam 6 provas do Campeonato Municipal de Corta Mato e 5 de pista na Pista da Paúl.-----

-----Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que começou por se pronunciar, quanto à última intervenção, que se trata de facto de uma omissão, uma vez que estão a decorrer os campeonatos municipais de futebol, com a participação de 97 equipas, num total de 1400 jovens e os campeonatos municipais de atletismo há 9 equipas envolvidas com cerca de 130 atletas.-----

-----Relativamente às plantas on-line informou que há um problema técnico por parte da autarquia que ainda não conseguiram resolver.-----

-----No tocante ao Plano de Urbanização da Cidade considerou que não era apropriado estar a antecipar a discussão, uma vez que o que o membro ainda não foi notificado e o que sabe é o

parecer técnico da equipa que elaborou o Plano. A reunião do Executivo acabou hoje às 14.00h e as notificações aos reclamantes ainda não foram feitas.-----

-----Disse que não o assusta ter ali 6 pisos porque estão a falar de alturas máximas, e antes de haver um metro de construção para toda aquela área terá que haver um plano de pormenor, que tal como o PU também passará pela Assembleia Municipal e será esse plano que irá dizer onde haverá 6 pisos e qual é a densidade desse conjunto.-----

-----O *Sr. João Bastos* disse saber que o assunto terá que ser presente ao órgão deliberativo, mas reforçou que não concorda com os esclarecimento do edil. Chama a atenção que com a aprovação da alta densidade estão a dar direitos adquiridos e têm que ter cuidado.-----

-----Como membro da assembleia sente necessidade de fazer esta observação.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse não reconhecer que haja densidade alta no Plano de Urbanização de Torres Vedras. O número de fogos naquela território comparando o PDM com o PU, desce cerca de 20% . É a mais alta mas não é uma densidade alta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino a aprovação da minuta da ata da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 01.00 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
